



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PAUTA 013/2018

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, resolve convocar os Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho Superior do Ministério Público para Sessão Ordinária, a ser realizada no próximo dia 04 de setembro de 2018, terça-feira, a partir das 14:00 horas, na Sala das Sessões – Sede do Ministério Público do Estado da Bahia, situada à 5ª Avenida, nº 750 - Centro Administrativo da Bahia - CAB, nesta Capital, para apreciação da seguinte ordem do dia:

1. REMOÇÃO INTERNA PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BARREIRAS, DE ENTRÂNCIA FINAL.

INSCRITOS	
1	Hugo Cesar Fidelis Teixeira de Araújo – Titular da 3ª Promotoria de Justiça de Barreiras (Atuação: Criminal)
2	Artur José Santos Rios – Titular da 5ª Promotoria de Justiça de Barreiras (Atuação: Criminal)

2. PROMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BARREIRAS, DE ENTRÂNCIA FINAL, OU VAGA REMANESCENTE.

INSCRITOS	
1	Márcio do Carmo Guedes
2	Elias Silva Rodrigues
3	Igor Clovis Silva Miranda
4	Alex Bezerra Bacelar
5	Francisco de Freitas Junior
6	Victor Freitas Leite Barros
7	Áviner Rocha Santos
8	João Ricardo Soares da Costa
9	Romeu Gonsalves Coelho Filho



10	Mariana Araújo Libório
11	Márcio Bellazzi de Oliveira

3. REMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE EUNÁPOLIS, DE ENTRÂNCIA FINAL.

INSCRITOS	
1	Michelle Roberta Souto
2	Lair Faria de Azevedo
3	Susila Ribeiro Machado

4. PROMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A 7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE EUNÁPOLIS, DE ENTRÂNCIA FINAL.

INSCRITOS	
1	Catharine Rodrigues de Oliveira Matos
2	Bruno Gontijo Araújo Teixeira
3	Helber Luiz Batista
4	Fábio Nunes Bastos Leal Guimarães
5	Igor Clovis Silva Miranda
6	Alex Bezerra Bacelar
7	Francisco de Freitas Junior
8	Ruano Fernando da Silva Leite
9	Victor Freitas Leite Barros
10	Áviner Rocha Santos
11	João Ricardo Soares da Costa
12	Romeu Gonsalves Coelho Filho
13	Mariana Araújo Libório
14	João Paulo de Carvalho da Costa
15	Márcio Bellazzi de Oliveira

5. REMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A 20ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA FEIRA DE SANTANA, DE ENTRÂNCIA FINAL.

INSCRITOS	
-----------	--



1	André Garcia de Jesus
2	Andrea Borges Miranda Amaral
3	Inocência de Carvalho Santana
4	Rafael Carvalho Andrade
5	Rafael de Castro Matias
6	Patrícia Alves Martins
7	Milena Moreschi de Almeida
8	Marco Aurélio Nascimento Amado - Removido em 04/07/2018
9	Saulo Murilo de Oliveira Mattos
10	Lucas Ramos de Vasconcelos
11	Hugo Cesar Fidelis Teixeira de Araújo
12	Rita de Cássia Pires Bezerra Cavalcanti
13	Thiago Cerqueira Fonseca
14	Susila Ribeiro Machado

6. PROMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IRECÊ, DE ENTRÂNCIA FINAL.

	INSCRITOS
1	Jair Antonio Silva de Lima
2	Fábio Nunes Bastos Leal Guimarães
3	Igor Clovis Silva Miranda
4	Alex Bezerra Bacelar
5	Francisco de Freitas Junior
6	Victor Freitas Leite Barros
7	Áviner Rocha Santos
8	João Ricardo Soares da Costa
9	Romeu Gonsalves Coelho Filho
10	Mariana Araújo Libório
11	Márcio Bellazzi de Oliveira

7. REMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE MERECEMENTO PARA A 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JACOBINA, DE ENTRÂNCIA FINAL.

	CRITÉRIOS		LISTA TRÍPLICE
INSCRITOS	QUINTO CONSTITUCIONAL	INTERSTÍCIO	



1	Lucas Ramos de Vasconcelos	5º Quinto	Não	-
2	Hugo Cesar Fidelis Teixeira de Araújo	5º Quinto	Não	-
3	Rita de Cássia Pires Bezerra Cavalcanti	5º Quinto	Não	-
4	Thiago Cerqueira Fonseca	5º Quinto	Não	-
5	Artur José Santos Rios	5º Quinto	Não	-
6	Susila Ribeiro Machado	5º Quinto	Não	-

8. PROMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE MERECIMENTO PARA A 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOM JESUS DA LAPA, DE ENTRÂNCIA FINAL.

		CRITÉRIOS		LISTA TRÍPLICE
		QUINTO CONSTITUCIONAL	INTERSTÍCIO	
1	Grace Inaura da Anunciação Melo	1º Quinto	Sim	Compôs 1 vez a próxima será alternada
2	Ana Isabela Ribeiro Souza	1º Quinto	Sim	Compôs 1 vez a próxima será alternada
3	Jó Anne da Costa Sardeiro Silveira (Requerimento de opção)	1º Quinto	Sim	-
4	Adriano Freire de Carvalho Marques	2º Quinto	Sim	Compôs 2 vezes alternadas
5	Aline Curvêlo Tavares de Sá	3º Quinto	Sim	-
6	Marcio de Oliveira Neves	3º Quinto	Sim	-
7	Renata Mamede Carneiro Aguiar	3º Quinto	Sim	-
8	Catharine Rodrigues de Oliveira Matos	3º Quinto	Sim	-



9	Bruno Gontijo Araújo Teixeira (Requerimento de opção)	3º Quinto	Sim	-
10	Rui Gomes Sanches Júnior (Requerimento de opção)	3º Quinto	Sim	-
11	Elias Silva Rodrigues	4º Quinto	Não	-
12	Igor Clovis Silva Miranda	5º Quinto	Não	-
13	Alex Bezerra Bacelar	5º Quinto	Não	-
14	Verena Aguiar Silveira Dunham	5º Quinto	Não	-
15	Francisco de Freitas Junior	5º Quinto	Não	-
16	Ruano Fernando da Silva Leite	5º Quinto	Não	-
17	Áviner Rocha Santos	5º Quinto	Não	-
18	João Ricardo Soares da Costa	5º Quinto	Não	-
19	Romeu Gonsalves Coelho Filho	5º Quinto	Não	-
20	Mariana Araújo Libório	5º Quinto	Não	-
21	Márcio Bellazzi de Oliveira	5º Quinto	Não	-

9. PROMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOM JESUS DA LAPA, DE ENTRÂNCIA FINAL.

	INSCRITOS
1	Luiz Ferreira de Freitas Neto (Requerimento de opção)
2	Bruno Gontijo Araújo Teixeira (Requerimento de opção)
3	Rui Gomes Sanches Júnior (Requerimento de opção)
4	Elias Silva Rodrigues
5	Igor Clovis Silva Miranda
6	Alex Bezerra Bacelar
7	Francisco de Freitas Junior
8	Áviner Rocha Santos
9	João Ricardo Soares da Costa
10	Romeu Gonsalves Coelho Filho



11	Mariana Araújo Libório
----	------------------------

10. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.19887/2018, APENSO Nº 003.0.10685/2017. ASSUNTO: RETIFICAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 128/2017 DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA FÁBIO FERNANDES CÔRREA. RELATORA: MARILENE PEREIRA MOTA.

11. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.17718/2018. ASSUNTO: RENÚNCIA A REMOÇÃO. INTERESSADA: PROMOTORA DE JUSTIÇA PATRÍCIA ALVES MARTINS. RELATOR: CONSELHEIRO PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA.

12. PROCEDIMENTO MINISTERIAL Nº 003.0.8599/2018, APENSO Nº 003.0.8584/2018. ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA FREQUENTAR CURSO DE MESTRADO NO EXTERIOR. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA ARTUR FERRARI DE ALMEIDA. RELATORA: CONSELHEIRA NATALINA MARIA SANTANA BAHIA.

13. RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA JOSÉ CUPERTINO AGUIAR CUNHA:

13.1. Recurso Administrativo em Inquérito Civil nº 190.9.158229/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;

13.2. Procedimento Ministerial nº 001.0.136331/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

13.3. Inquérito Civil nº 598.0.143966/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

13.4. Inquérito Civil nº 025.0.183821/2009, da Promotoria de Justiça de Belo Campo;

13.5. Inquérito Civil nº 003.9.77808/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;

13.6. Inquérito Civil nº 596.9.53681/2018, da 7ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;

13.7. Procedimento Ministerial nº 003.0.223899/2012, do Grupo de Atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;

13.8. Procedimento Ministerial nº 003.9.17729/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

13.9. Inquérito Civil nº 644.0.179924/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

13.10. Inquérito Civil nº 597.0.39607/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;

13.11. Inquérito Civil nº 057.0.120991/2016, da Promotoria de Justiça de Capela do Alto Alegre;



- 13.12. Inquérito Civil nº 708.0.13032/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente, de âmbito Regional, com sede na Comarca de Teixeira de Freitas ;
- 13.13. Inquérito Civil nº 003.0.209470/2014, do Grupo de Atuação Especial em Defesa da Saúde – GESAU
- 13.14. Inquérito Civil nº 075.9.46126/2017, da Promotoria de Justiça de Chorrochó;
- 13.15. Inquérito Civil nº 003.0.19858/2016, da Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 13.16. Inquérito Civil nº 167.0.97419/2015, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente de Mata de São João;
- 13.17. Inquérito Civil nº 003.0.101883/2016, da do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 13.18. Inquérito Civil nº 003.9.11702/2017, do Grupo de Atuação Especial da Defesa da Educação – GEDUC;
- 13.19. Inquérito Civil nº 003.0124477/2015, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 13.20. Inquérito Civil nº 075.9.60219/2017, da Promotoria de Justiça de Chorrochó;
- 13.21. Inquérito Civil nº 005.0.208769/2014, da Promotoria de Justiça de Chorrochó;
- 13.22. Inquérito Civil nº 001.9.99810/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 13.23. Inquérito Civil nº 708.0.76445/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 13.24. Inquérito Civil nº 003.0.53676/2011, da 13ª Promotoria de Justiça de Infância e Juventude;
- 13.25. Inquérito Civil nº 697.9.155239/2017, da Promotoria de Justiça de Coaraci;
- 13.26. Procedimento Ministerial nº 003.0.26380/2015, do grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação – GEDHDIS;
- 13.27. Inquérito Civil nº 146.0.163461/2015, da Promotoria de Justiça de Laje;
- 13.28. Inquérito Civil nº 331.9.76501/2017, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;
- 13.29. Inquérito Civil nº 597.0.107966/2008, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 13.30. Inquérito Civil nº 708.0.27066/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 13.31. Procedimento Ministerial nº 003.9.247462/2017, da 6ª Promotoria de Justiça de Juventude;
- 13.32. Inquérito Civil nº 003.0.122176/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 13.33. Inquérito Civil nº 308.0.162334/2013, da Promotoria de Justiça de Inhambupe;
- 13.34. Procedimento Ministerial nº 674.0.228745/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 13.35. Inquérito Civil nº 331.0.21691/2014, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;
- 13.36. Inquérito Civil nº 324.9.104602/2017, da 7ª Promotoria de Justiça de Taperoá;
- 13.37. Inquérito Civil nº 590.0.141994/2007, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 13.38. Inquérito Civil nº 590.0.59809/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA CLEONICE DE SOUZA LIMA:



- 13.39. Procedimento Ministerial nº 187.0.82201/2014, da Promotoria de Justiça de Muritiba;
- 13.40. Inquérito Civil nº 003.0.66614/2008, da 6ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Capital, Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM e Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação – GEDHDIS;
- 13.41. Inquérito Civil nº 025.0.199750/2015, da Promotoria de Justiça de Belo Campo;
- 13.42. Inquérito Civil nº 003.9.88848/2018, da Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 13.43. Procedimento Ministerial nº IDEA 238.0.75293/2010, da Promotoria de Justiça de Queimadas/BA;
- 13.44. Inquérito Civil nº 108.0.240131/2012, da Promotoria de Justiça De Itiruçu/Ba;
- 13.45. Inquérito Civil nº 598.0.210940/2014, da Promotoria Especializada em Meio Ambiente, de Âmbito Regional, com Sede em Juazeiro/BA;
- 13.46. Procedimento Ministerial nº 714.0.114805/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Ibicaraí;
- 13.47. Inquérito Civil nº 597.0.1974/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença/BA;
- 13.48. Inquérito Civil nº 003.9.132218/2017, da 6ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Salvador/BA;
- 13.49. Inquérito Civil nº 001.0.9494/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus/BA;
- 13.50. Inquérito Civil nº 590.0.65958/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari/BA;
- 13.51. Procedimento Ministerial nº 003.0.176063/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 13.52. Inquérito Civil nº 590.1.14401.2007, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari/BA;
- 13.53. Inquérito Civil nº 320.0.136394/2012, da Promotoria de Justiça de Tanhaçu/BA;
- 13.54. Procedimento Ministerial, nº 075.9.19077/2017, da Promotoria de Justiça de Chorrochó/BA;
- 13.55. Inquérito Civil nº 075.9.40294/2017, da Promotoria de Justiça de Chorrochó/BA;
- 13.56. Inquérito Civil nº 005.0.217261/2010, da Promotoria de Justiça de Chorrochó/BA;
- 13.57. Inquérito Civil nº 001.0.211443/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus/BA;
- 13.58. Inquérito Civil nº 590.2.81274/2005, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari/BA;
- 13.59. Procedimento Ministerial nº 597.9.93301/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença/BA; Declínio de Atribuição;



13.60. Inquérito Civil nº 003.0.228421/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa à Saúde - GESAU.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA DAS GRAÇAS SOUZA E SILVA:

13.61. Procedimento Ministerial nº 091.9.208520/2017, da Promotoria de Justiça de Coração de Maria;

13.62. Inquérito Civil nº 003.0.100908/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

13.63. Inquérito Civil nº 003.9.26336/2018, do Grupo de Atuação Especial da Defesa da Saúde – GESAU;

13.64. Inquérito Civil nº 592.9.75/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

13.65. Inquérito Civil nº 647.9.84281/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;

13.66. Inquérito Civil nº 003.0.165394/2015, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Itaberaba;

13.67. Inquérito Civil nº 590.0.130716/2007, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

13.68. Inquérito Civil nº 674.9.188479/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

13.69. Procedimento Preparatório nº 320.0.172691/2011, da Promotoria de Justiça de Tanhaçu;

13.70. Inquérito Civil nº 596.9.51419/2018, da 7ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Feira de Santana;

13.71. Inquérito Civil nº 600.9.46927/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

13.72. Procedimento Ministerial nº 592.9.77949/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

13.73. Inquérito Civil nº 678.0.41684/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;

13.74. Inquérito Civil nº 712.0.99251/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;

13.75. Procedimento Ministerial nº 003.0.73639/2013, da 13ª Promotoria de Justiça de Infância e Juventude;

13.76. Inquérito Civil nº 596.9.51333/2018, da 7ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

13.77. Inquérito Civil nº 003.0.232455/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

13.78. Procedimento Ministerial nº 590.0.145901/2008, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA NATALINA MARIA SANTANA BAHIA:

13.79. Procedimento Ministerial nº 597.9.50561/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;

13.80. Procedimento Ministerial nº 698.0.7574/2016, da 6ª Promotoria de Justiça de Irecê;

13.81. Procedimento Ministerial nº 003.0.30523/2012, do Grupo de Atuação Especial



- de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 13.82. Inquérito Civil nº 003.0.124432/2015, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 13.83. Procedimento Ministerial nº 691.0.142941/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Xique-Xique;
- 13.84. Inquérito Civil nº 001.9.227072/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 13.85. Inquérito Civil nº 692.2.54960/2004, da Promotoria de Justiça de Carinhanha;
- 13.86. Procedimento Ministerial nº 017.0.110790/2011, da Promotoria de Justiça de Baixa Grande;
- 13.87. Procedimento Ministerial nº 598.9.224247/2017, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 13.88. Inquérito Civil nº 003.0.152402/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 13.89. Procedimento Ministerial nº 001.0.253923/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 13.90. Procedimento Ministerial nº 608.9.5579/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 13.91. Inquérito Civil nº 003.0.165333/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itaberaba;
- 13.92. Inquérito Civil nº 203.0.110214/2013, da Promotoria de Justiça de Olindina;
- 13.93. Inquérito Civil nº 003.0.192217/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 13.94. Inquérito Civil nº 590.0.247210/2013, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 13.95. Inquérito Civil nº 644.9.70351/2018, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 13.96. Procedimento Ministerial nº 003.0.242597/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Caetité;
- 13.97. Inquérito Civil nº 692.2.54303/2004, da Promotoria de Justiça de Carinhanha;
- 13.98. Inquérito Civil nº 590.1.93995/2006, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 13.99. Inquérito Civil nº 692.0.99356/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Guanambi;
- 13.100. Procedimento Ministerial nº 013.9.242179/2017, da Promotoria de Justiça de Antas;
- 13.101. Inquérito Civil nº 003.0.125949/2008, da 6ª Promotoria de Justiça de Infância e Juventude;
- 13.102. Inquérito Civil nº 598.0.28438/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 13.103. Inquérito Civil nº 003.0.124644/2015, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 13.104. Procedimento Ministerial nº 034.0.133767/2013, da Promotoria de Justiça de Buerarema;
- 13.105. Inquérito Civil nº 003.0.168408/2013, do Grupo de atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 13.106. Inquérito Civil nº 242.9.198448/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Conceição do Coité;
- 13.107. Inquérito Civil nº 108.0.38375/2013, da Promotoria de Justiça de Itiruçu;



- 13.108. Procedimento Ministerial nº 590.0.148211/2010, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 13.109. Inquérito Civil nº 590.0.12231/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 13.110. Inquérito Civil nº 003.0.164439/2011, do Grupo de Atuação Especial Para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
- 13.111. Procedimento Ministerial nº 656.9.29676/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Cícero Dantas;
- 13.112. Inquérito Civil nº 003.9.12987/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 13.113. Inquérito Civil nº 128.0.177508/2014, da Promotoria de Justiça de Jaguaripe;
- 13.114. Inquérito Civil nº 003.9.199959/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 13.115. Procedimento Ministerial nº 596.0.42721/2009, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 13.116. Inquérito Civil nº 003.0.171222/2009, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 13.117. Procedimento Ministerial nº 187.9.127766/2017, da Promotoria de Justiça de Muritiba;
- 13.118. Inquérito Civil nº 708.0.149226/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 13.119. Inquérito Civil nº 331.9.153153/2017, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;
- 13.120. Inquérito Civil nº 597.9.36437/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 13.121. Procedimento Ministerial nº 681.9.49124/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 13.122. Inquérito Civil nº 709.0.135108/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 13.123. Procedimento Ministerial nº 003.9.57385/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 13.124. Inquérito Civil nº 003.9.87962/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 13.125. Procedimento Ministerial nº 003.0.193031/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 13.126. Inquérito Civil nº 003.0.5192/2015, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 13.127. Inquérito Civil nº 242.9.198469/2017, da Promotoria de Justiça de Retirolândia;
- 13.128. Inquérito Civil nº 003.9.260330/2017, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 13.129. Inquérito Civil nº 708.0.210013/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 13.130. Inquérito Civil nº 702.9.107513/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;



- 13.131. Inquérito Civil nº 001.9.1589/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 13.132. Inquérito Civil nº 590.0.142480/2013, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 13.133. Inquérito Civil nº 708.0.210013/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 13.134. Inquérito Civil nº 702.9.107513/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 13.135. Inquérito Civil nº 001.9.1589/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 13.136. Inquérito Civil nº 590.0.142480/2013, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 13.137. Procedimento Ministerial nº 681.0.157773/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 13.138. Procedimento Ministerial nº 003.0.146666/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 13.139. Procedimento Ministerial nº 003.9.260330/2017, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA:

- 13.140. Procedimento Ministerial nº 187.0.161326/2015, da Promotoria de Justiça de Muritiba;
- 13.141. Procedimento Ministerial nº 003.0.181109/2016, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 13.142. Inquérito Civil nº 285.0.76354/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de São Francisco do Conde;
- 13.143. Procedimento Ministerial nº 003.9.171040/2017, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Ilhéus;
- 13.144. Procedimento Ministerial nº 001.0.122956/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 13.145. Procedimento Ministerial nº 001.0.133764/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 13.146. Procedimento Ministerial nº 190.9.42655/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 13.147. Inquérito Civil nº 001.9.85022/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 13.148. Inquérito Civil nº 003.0.220160/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 13.149. Procedimento Ministerial nº 043.9.58151/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Itagibá;
- 13.150. Inquérito Civil nº 003.0.209178/2016, da 6ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 13.151. Inquérito Civil nº 003.9.184526/2017, do Grupo de Atuação Especial de defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 13.152. Procedimento Ministerial nº 013.9.184011/2017, da Promotoria de Justiça de Antas;
- 13.153. Procedimento Ministerial nº 187.9.101975/2017, da Promotoria de Justiça de Muritiba.



- 13.154. Inquérito Civil nº 003.0.82652/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 13.155. Procedimento Ministerial nº 013.9.184053/2017, da Promotoria de Justiça de Antas;
- 13.156. Procedimento Ministerial nº 003.9.7048/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Consumidor;
- 13.157. Procedimento Ministerial nº 001.0.82290/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 13.158. Inquérito Civil nº 003.9.270050/2016, da 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 13.159. Inquérito Civil nº 003.0.75955/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 13.160. Procedimento Ministerial nº 285.9.20925/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de São Francisco de Conde;
- 13.161. Procedimento Ministerial nº 003.9.241047/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 13.162. Procedimento Ministerial nº 003.9.57566/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 13.163. Procedimento Ministerial nº 187.0.161321/2015, da Promotoria de Justiça de Muritiba;
- 13.164. Inquérito Civil nº 591.9.81573/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARILENE PEREIRA MOTA:

- 13.165. Recurso Administrativo nº 003.9.101518/2018, apenso Procedimento Ministerial nº 003.9.15075/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 13.166. Recurso em Procedimento Ministerial nº 013.9.221268/2017, da Promotoria de Justiça de Antas;
- 13.167. Recurso em Procedimento Ministerial nº 013.9.182511/2017, da Promotoria de Justiça de Antas;
- 13.168. Inquérito Civil nº 590.1.49405/2005, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 13.169. Inquérito Civil nº 692.0.130720/2012, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Meio Ambiente com sede em Guanambi;
- 13.170. Inquérito Civil nº 680.0.136067/2009, da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Castro Alves;
- 13.171. Inquérito Civil nº 003.9.170552/2017, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 13.172. Inquérito Civil nº 003.9.157743/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 13.173. Inquérito Civil nº 003.9.246866/2017, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 13.174. Inquérito Civil nº 003.9.17679/2017, da 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Salvador;
- 13.175. Inquérito Civil nº 596.9.51382/2018, da 7ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;



- 13.176. Inquérito Civil nº 596.0.7506/2010, da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Feira de Santana;
- 13.177. Inquérito Civil nº 003.0.73065/2008, da Promotoria de Justiça da Comarca de Serra Preta;
- 13.178. Procedimento Ministerial nº 144.0.70241/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 13.179. Procedimento Ministerial nº 680.0.122484/2008, da 2ª Promotoria de Justiça de Castro Alves;
- 13.180. Inquérito Civil nº 680.0.178005/2009, da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Castro Alves;
- 13.181. Inquérito Civil nº 204.0.101018/2016, da Promotoria de Justiça de Oliveira de Brejinhos;
- 13.182. Procedimento Ministerial nº 003.9.141669/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 13.183. Procedimento Ministerial nº 705.0.120493/2010, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 13.184. Procedimento Ministerial nº 591.9.92260/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 13.185. Inquérito Civil nº 174.0.102543/2009, da Promotoria de Justiça de Milagres;
- 13.186. Inquérito Civil nº 598.0.54973/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 13.187. Inquérito Civil nº 590.0.186202/2009, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 13.188. Inquérito Civil nº 597.0.126574/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 13.189. Inquérito Civil nº 003.0.156056/2016, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 13.190. Inquérito Civil nº 003.0.53223/2015, do Grupo de atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 13.191. Procedimento Ministerial nº 003.9.169472/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 13.192. Inquérito Civil nº 720.0.246499/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 13.193. Inquérito Civil nº 108.0.174941/2012, da Promotoria de Justiça de Itiruçu;
- 13.194. Inquérito Civil nº 003.9.148795/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 13.195. Inquérito Civil nº 015.0.165211/2015, da Promotoria de Justiça de Araci;
- 13.196. Inquérito Civil nº 696.0.109579/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 13.197. Inquérito Civil nº 003.9.73918/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 13.198. Procedimento Ministerial nº 003.0.219551/2016, do Grupo de Atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
- 13.199. Inquérito Civil nº 600.0.208768/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 13.200. Inquérito Civil nº 580.0.172496/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de



Juazeiro;

13.201. Inquérito Civil nº 598.0.72498/2012, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

13.202. Inquérito Civil nº 596.0.30061/2013, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

13.203. Procedimento Ministerial nº 003.1.94188/2002, do Grupo de atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;

13.204. Inquérito Civil nº 003.0.187207/2010, do Grupo de Atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;

13.205. Inquérito Civil nº 674.0.137226/2011, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

13.206. Inquérito Civil nº 003.0.89261/2009, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

13.207. Inquérito Civil nº 138.0.19436/2012, da Promotoria de Justiça de João Dourado;

13.208. Procedimento Ministerial nº 003.1.17403/2006, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARGARETH PINHEIRO DE SOUZA:

13.209. Inquérito Civil nº 075.9.55072/2017, da Promotoria de Justiça de Chorrochó;

13.210. Processo Ministerial nº 598.0.180743/2013, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

13.211. Inquérito Civil nº 590.0.119868/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

13.212. Inquérito Civil nº 003.1.134020/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

13.213. Procedimento Ministerial nº 069.9.91394/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;

13.214. Inquérito Civil nº 591.0.208694/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

13.215. Procedimento Ministerial nº 190.9.265100/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;

13.216. Inquérito Civil nº 003.1.3602/2007, da Promotoria de Justiça de Chorrochó;

13.217. Inquérito Civil nº 003.9.124459/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

13.218. Inquérito Civil nº 001.0.100614/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

13.219. Procedimento Ministerial nº 001.0.13564/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

13.220. Inquérito Civil nº 003.9.111201/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;

13.221. Inquérito Civil nº 591.0.194972/2016, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas.



RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA NIVALDO DOS SANTOS AQUINO:

- 13.222. Procedimento Ministerial nº 243.0.112084/2011, da Promotoria de Justiça de Riachão das Neves;
- 13.223. Inquérito Civil nº 003.0.137989/2013, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo;
- 13.224. Inquérito Civil nº 591.0.147532/2009, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 13.225. Procedimento Ministerial nº 331.0.64055/2016, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;
- 13.226. Procedimento Ministerial nº 003.9.127933/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 13.227. Inquérito Civil nº 146.0.56262/2009, da Promotoria de Justiça de Laje;
- 13.228. Procedimento Ministerial nº 187.9.238795/2017, da Promotoria de Justiça de Muritiba;
- 13.229. Inquérito Civil nº 714.0.152039/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Ibicarai;
- 13.230. Inquérito Civil nº 600.9.41005/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 13.231. Inquérito Civil nº 003.0.159053/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 13.232. Inquérito Civil nº 720.9.237354/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 13.233. Procedimento Ministerial nº 590.1.91967/2006, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 13.234. Inquérito Civil nº 001.9.110302/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 13.235. Inquérito Civil nº 003.9.51704/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 13.236. Inquérito Civil nº 656.0.167425/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Cícero Dantas;
- 13.237. Inquérito Civil nº 167.0.74841/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 13.238. Procedimento Ministerial nº 069.0.223181/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 13.239. Procedimento Ministerial nº 708.0.146932/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira Freitas;
- 13.240. Inquérito Civil nº 590.0.177930/2010, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 13.241. Inquérito Civil nº 003.9.88844/2018, do Grupo de atuação Especial de Defesa da Saúde;
- 13.242. Procedimento Ministerial nº 596.0.65430/2014, da 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 13.243. Inquérito Civil nº 590.0.130647/2007, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 13.244. Inquérito Civil nº 712.0.189017/2010, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;



- 13.245. Procedimento Ministerial nº 591.9.57116/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 13.246. Procedimento Ministerial nº 190.0.161136/2007, da 2ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 13.247. Inquérito Civil nº 590.0.220174/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 13.248. Inquérito Civil nº 308.0.162469/2013, da Promotoria de Justiça de Inhambupe;
- 13.249. Inquérito Civil nº 003.9.88849/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA SILVANA OLIVEIRA ALMEIDA:

- 13.250. Recurso Administrativo nº 003.0.28064/2017, apenso Procedimento Ministerial nº 678.0.54134/2016, da Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;
- 13.251. Procedimento Ministerial nº 708.9.222190/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 13.252. Procedimento Ministerial nº 702.0.221902/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 13.253. Procedimento Ministerial nº 003.9.178322/2017, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 13.254. Inquérito Civil nº 167.0.158900/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 13.255. Inquérito Civil nº 190.0.127484/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 13.256. Inquérito Civil nº 003.0.152900/2008, da Promotoria de Justiça Regional com sede em Teixeira de Freitas;
- 13.257. Procedimento Ministerial nº 035.0.223185/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 13.258. Inquérito Civil nº 003.0.28000/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 13.259. Inquérito Civil nº 657.0.36591/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Ipiaú;
- 13.260. Inquérito Civil nº 307.0.147741/2011, da Promotoria de Justiça de Serra Preta;
- 13.261. Inquérito Civil nº 590.0.1437/2012, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 13.262. Inquérito Civil nº 003.9.17440/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 13.263. Procedimento Ministerial nº 590.0.243944/2016, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 13.264. Inquérito Civil nº 003.0.235970/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 13.265. Procedimento Ministerial nº 003.0.159709/2015, do Grupo de Atuação Especial de defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 13.266. Inquérito Civil nº 003.9.222779/2017, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 13.267. Inquérito Civil nº 003.9.38360/2017, da 3ª Promotoria de Justiça da Infância



e Juventude;

13.268. Inquérito Civil nº 001.0.168598/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

13.269. Inquérito Civil nº 003.9.26436/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

13.270. Inquérito Civil nº 596.9.250928/2017, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

13.271. Inquérito Civil nº 003.9.118450/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

13.272. Procedimento Ministerial nº 692.9.205651/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;

13.273. Inquérito Civil nº 705.0.141848/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

13.274. Procedimento Ministerial nº 003.0.8102/2008, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

13.275. Procedimento Ministerial nº 003.0.192784/2013, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo;

13.276. Inquérito Civil nº 657.9.205046/2017, da Promotoria de Justiça de Itagibá;

13.277. Procedimento Ministerial nº 591.0.150941/2009, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

13.278. Inquérito Civil nº 001.9.87501/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

13.279. Inquérito Civil nº 218.9.229023/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Piatã;

13.280. Procedimento Ministerial nº 593.9.14062/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

13.281. Procedimento Ministerial nº 003.0.5865/2008, da 2ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro;

13.282. Inquérito Civil nº 591.0.165986/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas.

14. O QUE OCORRER.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, EM 27 DE AGOSTO DE 2018.

EDIENE SANTOS LOUSADO

Procuradora-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público